

The Peacemakers. The Paris Peace Conference of 1919 and Its Attempt to End War

Margaret MacMillan

Londres: John Murray, 2001, 574 pp.

O veredicto «popular» acerca da Conferência de Paz de 1919-1920 é tão conhecido que a sua evocação quase se torna dispensável. Reunidos em Paris para fixar os termos de uma paz que todos pretendiam justa e equilibrada, os estadistas da coligação vencedora foram incapazes de se pôr de acordo em relação aos critérios que deveriam acomodar as expectativas geradas no final da guerra e forjaram uma ordem internacional (ou um simulacro dela) desprovida de alicerces sólidos. Os tratados de Versalhes, Saint-Germain, Neuilly, Trianon e Sèvres desmentiram muita da retórica liberal das potências aliadas (e a sua associada, a América) e abriram caminho para as forças que em poucos anos haveriam de despedaçar o *statu quo* emergente da Primeira Guerra Mundial. Os conflitos nacionalistas na Europa Central e nos Balcãs, a espiral inflacionária dos anos 20, a crise da democracia liberal e a ascensão do fascismo, o entendimento russo-germânico, a instabilidade endêmica no Médio Oriente, o abandono da China aos apetites imperialistas do Japão, tudo remetia, em última análise, para as decisões atabalhoadas e contraditórias tomadas na capital francesa. O requisitório dirigido contra a obra dos estadistas aliados começou a ser lavrado imediatamente após a Conferência de Paz ter encerrado os seus trabalhos. John Maynard Keynes, presente em Paris como conselheiro principal do Departamento do Tesouro britânico, publicou logo em 1920 um opúsculo, *The Economic Consequences of the Peace*, onde, para além de antecipar os efeitos devastadores da «paz cartaginense» imposta à Alemanha, desvendava a patética cedência de Wilson aos instintos vingativos de Clemenceau e à ganância de outros políticos europeus. Uma combinação desastrada do idealismo do Novo Mundo e do maquiavelismo do Velho Continente, Versalhes não tinha remissão possível. Propunha-se reorganizar a Europa em consonância com o princípio da autodeterminação, mas promovia uma série de arranjos territoriais que contradiziam

abertamente essa intenção. Anunciava uma nova era das relações internacionais baseada na «diplomacia aberta», mas dava satisfação a promessas e acordos secretos celebrados durante a guerra (o Tratado de Londres de 1915, ou o Acordo Sykes-Picot de 1916, por exemplo). Queria romper com as tradições do equilíbrio de poder e da *realpolitik*, mas entregava-se à ilusão de que seria possível manter a paz e a segurança colectiva sem o empenho firme e vigilante das grandes potências.

Margaret MacMillan, uma historiadora canadiana, não vem propriamente redimir a obra dos estadistas de Versalhes, mas convida-nos a lançar um olhar mais benevolente sobre as suas hesitações, dilemas e erros. Nesse sentido, produziu um livro que é um elogio à política como a «arte do possível» e, de certa forma, uma reflexão melancólica sobre a solidão do Poder. Combinando com felicidade o registo narrativo com uma vertente mais analítica, *The Peacemakers* familiariza-nos com todas as *nuances* e peripécias que marcaram o desenrolar da Conferência de Paz, desde as intrigas de bastidores à forma como os participantes ocupavam os seus momentos de ócio. Seguindo a boa tradição anglo-saxónica de nunca perder de vista o impacte concreto dos indivíduos no devir histórico, a autora pontua a narrativa das negociações diplomáticas com uma série de esboços biográficos das personalidades que, directa ou indirectamente, influenciaram o desfecho de várias questões, desde o enigmático Ataturk ao espalhafatoso D'Annunzio, sem esquecer, claro está, os três titãs do Supremo Conselho Aliado (Wilson, Clemenceau e Lloyd George) e as figuras menores que gravitavam à sua volta. O resultado final é uma obra escorreita, didáctica e que será lida com proveito quer pelo público especializado quer por qualquer pessoa que se sinta atraída por este período histórico.

As circunstâncias atenuantes

Segundo MacMillan, a primeira «circunstância atenuante» que podemos invocar a favor dos estadistas da Conferência de Paz prende-se com as limitações do seu próprio poder. Em Janeiro de 1919, as pressões para uma desmobilização e repatriamento rápido das divisões aliadas estacionadas em

vários pontos do globo eram tremendas. A derrocada quase simultânea de quatro impérios europeus (o Germânico, o Habsburguês, o Russo e o Otomano) gerou uma situação altamente fluida e incerta em diversas regiões, do Báltico ao Médio Oriente, da Alemanha à China, que escapava quase por inteiro ao controlo das potências vencedoras. As forças mais bem colocadas no terreno procuraram de imediato preencher o vácuo de poder e confrontar os aliados com factos consumados. A Paris chegavam diariamente notícias de choques militares iminentes, violações do armistício, *pogroms* étnicos, revoluções e golpes de Estado, assassinatos políticos. Um pouco por toda a Europa, comités nacionais, assembleias e governos provisórios emitiam proclamações anunciando o nascimento de novos Estados ou a fusão de uma determinada região com outro Estado. Em muitos casos, o máximo que os aliados conseguiram foi estabelecer alguns limites à vertigem das novas autoridades, ameaçando-as, por exemplo, com o não reconhecimento de fronteiras ou negando-lhes o estatuto de interlocutores válidos.

Em relação aos vencidos, a margem de manobra dos dirigentes aliados também não era propriamente ilimitada. Como governantes democraticamente eleitos, Wilson, Lloyd George, Clemenceau e Orlando não podiam alhear-se do estado de espírito dominante das respectivas opiniões públicas, que no final da guerra estava longe de ser conciliador. «Façam o Huno pagar!» e «Deixem os alemães pagar primeiro!» eram os *slogans* mais populares em França e Inglaterra no Inverno de 1919. Dos «três grandes», Clemenceau é justamente apontado como o principal responsável pelos termos «draconianos» do Tratado de Versalhes, mas por vezes esquece-se que o «Tigre» era uma criatura relativamente mansa quando comparada com o Presidente Raymond Poincaré ou o Marechal Foch, dois adeptos fanáticos de um desmembramento territorial da Alemanha, e de uma severidade ainda mais vincada no tocante às indemnizações de guerra. De resto, na sua apreciação final do Tratado de Versalhes, Margaret MacMillan não se afasta muito daquele que é hoje o consenso dominante entre os historiadores da Grande Guerra: os termos gerais do tratado eram duros, sem dúvida, mas estavam longe de constituir uma aberração no

contexto da diplomacia europeia, onde o princípio das reparações figurava em quase todos os tratados de paz. O calcanhar de Aquiles de Versalhes não residiu tanto na «dureza» dos seus termos, mas sim no facto de desenvolvimentos políticos posteriores terem conduzido ao desmoronamento da coligação que deveria zelar pelo seu cumprimento, o que privou o «sistema de Versalhes» das condições de estabilidade gozadas pelo seu antecessor, o «sistema de Viena». Se Wilson merece ser censurado, não é tanto pelas cedências e compromissos feitos em Paris, mas, fundamentalmente, pela forma como negligenciou a construção de um consenso político em Washington indispensável à ratificação do Tratado de Versalhes (e do Pacto da SDN) pelo Senado norte-americano.

Um conceito «carregado de dinamite»

Se o princípio das reparações não era uma novidade na diplomacia europeia, o mesmo não se poderá dizer a respeito do princípio que na fase final da guerra excitara a imaginação das populações um pouco por todo o mundo: o princípio da autodeterminação, que mais tarde, Robert Lansing, o secretário de Estado norte-americano, haveria de descrever como um «conceito carregado de dinamite». Como Margaret MacMillan observa, o próprio Wilson nunca conseguiu expor com precisão o conteúdo e os limites dessa expressão. Em diversas ocasiões, Wilson deu a entender que o conceito de autodeterminação era o corolário lógico da teoria democrática de governo, baseada na ideia de soberania popular, e que todas as comunidades humanas minimamente evoluídas deveriam ser livres de escolher a forma como pretendiam ser governadas. Daqui não se seguia, porém, que Wilson equacionasse auto-governo com o direito à secessão e à criação de Estados independentes. No seu célebre discurso dos «Catorze Pontos» (Janeiro de 1918), por exemplo, Wilson aludia ao desenvolvimento autónomo das nacionalidades do Império Habsburguês, mas não mencionava a sua substituição por uma constelação de Estados nacionais soberanos. Com o exemplo norte-americano em mente, Wilson pensava certamente que uma reforma federal e democrática das velhas estruturas imperiais europeias iria ao encontro dos anseios e aspirações das «nações

submetidas». O problema é que Wilson subestimou por completo o efeito inebriante que o colapso das dinastias tivera junto dos movimentos nacionalistas espalhados pelo mundo, bem como a importância que estes atribuíam à obtenção das prerrogativas de soberania estatal. Outro facto negligenciado por Wilson foi a relutância demonstrada por alguns dos Estados do lado vencedor (Itália, Roménia, Grécia, Sérvia) em abrirem mão dos seus objectivos irredentistas, o que arruinava as hipóteses de o princípio da autodeterminação vir a ser aplicado com um mínimo de coerência. Tudo isto criava problemas virtualmente irresolúveis, pelo menos no contexto peculiar da Europa Central e Balcânica. Desde logo, como encontrar um critério válido para identificar uma «nação», à qual seria depois reconhecido o direito à autodeterminação? Uma língua comum? Uma mesma religião? Um sentimento de pertença a uma determinada comunidade política? Seriam os «rutenos» parte da nação polaca, ou seriam ucranianos uniatas que mais facilmente se integrariam numa Ucrânia independente? Os Macedónios eram búlgaros ou sérvios? Os Eslovacos viam-se a si próprios como tal, ou como húngaros católicos? Mesmo no caso daquelas nacionalidades cuja existência ninguém questionava – Polacos, Romanos, Sérvios, Checos –, as coisas estavam longe de ser claras. A Polónia que os nacionalistas polacos reclamavam iria incluir no seu seio um número significativo de Alemães, Ucranianos, Lituanos e Judeus, que até 1918 se encontravam dispersos por três impérios, sendo muito duvidoso que todos eles aceitassem viver num Estado polaco unitário. Mesmo a solução idealizada por Masaryk e Benes para garantir um Estado funcional para as nações checa e eslovaca assentava no pressuposto equívoco de que estes últimos, e os três milhões de alemães da Boémia, se deixariam assimilar pela cultura checa dominante.

Se a história, a cultura e a religião não eram os melhores critérios para redesenhar as fronteiras europeias, então porque não recorrer ao método dos plebiscitos? Não surpreendentemente, essa solução suscitou pouco entusiasmo em Paris: uns porque temiam que isso criasse um precedente para a desintegração de vários Estados multinacionais europeus, outros porque receavam ver a validade dos seus argumentos desmentida pelo

veredicto das populações dos territórios em disputa, outros ainda porque não estavam dispostos a aceitar um reforço territorial e demográfico das potências derrotadas pela via do voto. Em suma, para garantir a criação de uma ordem internacional baseada em Estados livres, independentes e economicamente viáveis, os estadistas da Conferência de Paz chegaram rapidamente à conclusão de que a certa altura seria imperioso colocar um travão ao princípio da autodeterminação. A solução que encontraram para compensar as nações sem Estado, a criação de um regime internacional de protecção das minorias, baseado em tratados firmados com os Estados sucessores e garantido pela Sociedade das Nações, não era destituída de bom senso e engenho. Tendo como referência o Tratado polaco de 28 de Junho de 1919, esse regime visava proteger as minorias étnicas criadas pela derrocada dos impérios das tentações assimilacionistas e homogeneizadoras dos novos Estados nacionais, reconhecendo-lhe uma série de liberdades políticas e direitos civis. Não obstante as suas boas intenções, o esquema enfermava do mesmo mal de que padecia o Tratado de Versalhes: não possuía mecanismos que garantissem a sua efectiva aplicação. Os novos Estados interpretaram os tratados das minorias como uma limitação inaceitável da sua soberania, e sentiram-se injustamente discriminados face a outros Estados multinacionais. Além disso, temiam, porventura com alguma razão, que as potências derrotadas, sobretudo a Alemanha, pudessem usar os tratados para fomentar o irredentismo dessas minorias, e assim criar uma dinâmica favorável à revisão dos arranjos territoriais saídos da Conferência de Paz. Ora, assim que Polacos, Checoslovacos, Romenos e Jugoslavos se aperceberam de que não iriam sofrer qualquer espécie de sanções por ignorarem as provisões dos tratados, os seus instintos hegemónicos depressa se impuseram liquidando a perspectiva de uma reprodução do «modelo suíço» de convívio multi-étnico na Europa Oriental.

Ganância e megalomania

O juízo de Margaret MacMillan sobre as soluções forjadas pelo directório aliado para cenários extra-europeus é menos benevolente. Nos capítulos

dedicados ao Próximo e Médio Oriente, a autora aponta um dedo acusador a britânicos e franceses, que, no seu entender, dificilmente poderiam invocar argumentos de «segurança nacional» para justificar a avidez com que se precipitaram sobre os despojos do Império Otomano. O resultado foi a emergência, em décadas posteriores, de um conjunto de Estados cujas fronteiras e composição étnica reflectiam a arbitrariedade da repartição das antigas províncias otomanas em esferas de influência britânicas e francesas (sob a forma de mandatos da SDN). Do Líbano à Síria, da Palestina ao Iraque, muitos dos conflitos que consomem a região são, ainda hoje, um eco distante da Conferência de Paz.

O mesmo se poderá dizer a respeito da inimizade que continua a separar Gregos e Turcos, duas nações para quem a Grande Guerra só terminou em 1923, com a celebração do Tratado de Lausana. Se tivéssemos de eleger o «vilão» por excelência de *The Peacemakers*, é provável que o candidato mais forte fosse o primeiro-ministro grego, Eleutério Venizelos, o arquétipo do líder megalómano e oportunista que os Balcãs têm produzido em abundância. Contando com o encorajamento activo de Lloyd George e a complacência geral dos restantes governantes do directório aliado (a turcofobia e o filelenismo eram dois sentimentos muito difundidos entre as elites políticas ocidentais), Venizelos lançou-se na aventura louca de aproveitar a derrocada do Império Otomano para expandir as fronteiras da Grécia até à Anatólia, e realizar assim o velho sonho da «Megale Idea». O resultado foi uma hecatombe militar grega em 1922 (a descrição da queda de Esmirna ainda hoje causa arrepios) e, um ano depois, a deportação forçada das comunidades gregas da Ásia Menor e o êxodo compulsivo de milhares de famílias muçulmanas instaladas em território grego – um sinal premonitório da dinâmica homogeneizadora do nacionalismo que, em sucessivas vagas ao longo do século xx, iria devastar várias regiões da Europa.

E, para concluir, até que ponto foi a Conferência de Paz, e a sua criação mais célebre, o Tratado de Versalhes, responsável pela descida aos infernos da Segunda Guerra Mundial? Em que medida será legítimo remeter para as decisões tomadas em Paris a crise de Weimar e a ascensão do nazismo? A

este respeito, as conclusões finais de Margaret MacMillan participam do novo consenso que, gradualmente, se formou entre os especialistas do período de entre as guerras: «Com uma liderança diferente nas democracias ocidentais, com uma democracia mais forte na Alemanha de Weimar, e sem os estragos provocados pela Depressão económica, a história poderia ter conhecido um desfecho diferente. E sem Hitler para mobilizar o ressentimento dos alemães comuns e espicaçar a má consciência de muita gente nas democracias ocidentais, é provável que a Europa tivesse conseguido evitar uma nova guerra mundial. A culpa não foi de Versalhes. O Tratado nunca foi consistentemente aplicado, ou quando foi isso só serviu para irritar o nacionalismo alemão sem, todavia, limitar a capacidade da Alemanha para ameaçar a paz na Europa (p. 493)». Assim sendo, uma atitude mais descomplexada em relação à obra da Conferência de Paz talvez pudesse ter evitado os erros trágicos do *appeasement*. Tudo não passou de uma questão de má consciência.